

Aprovado em reunião da
Mesa Administrativa
em 2020.05.10

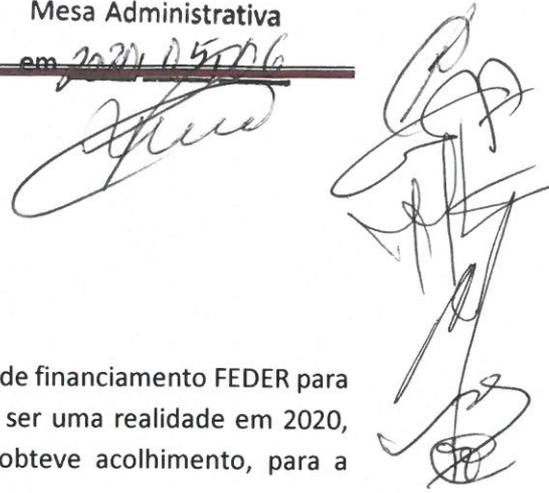


[Handwritten signatures]

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA
CARRAZEDA DE ANSIÃES

Relatório e Contas
2019

RELATÓRIO DE 2019



Após mais um ano de atividade continuam por abrir os programas de financiamento FEDER para os Lares de Idosos. Temos a expectativa de que estes venham a ser uma realidade em 2020, contudo, foi feita uma nova candidatura na CIM Douro que obteve acolhimento, para a instalação do equipamento nesta obra.

De acordo com o orçamento previsto para 2019 o maior investimento previsto era sem dúvida a construção/remodelação do Lar de Idosos, contudo tal não foi possível de se cumprir na sua totalidade motivado pelo abandono da obra por parte do empreiteiro que se declarou insolvente, o que originou a paragem de todas as obras em que aquela empresa se encontrava envolvida. Do montante previsto para esta obra, apenas foram gastos 322.657,52 €

Os transtornos causados pelos motivos atrás descritos, levaram a ter de se iniciar todo um processo de tomar posse da obra, rever todo o projeto para de novo se proceder ao seu licenciamento, e após estes passos, de novo colocar a mesma a concurso público por forma a concluir esta.

Atendendo a tudo isto, encontramos-nos nesta altura a concluir o processo para novo licenciamento junto da Câmara Municipal.

Todas as obras de manutenção previstas foram efetuadas e inclusivamente ultrapassou-se essa previsão.

Foram feitas manutenções no lar de Santa Águeda quer em termos da estrutura do edifício quer na manutenção dos equipamentos que se encontram ali instalados. Foi também efetuado investimento de algum vulto na cozinha da instituição com a substituição dos mesmos.

No caso do Jardim de Infância, para além das obras de manutenção que são levadas a efeito durante o período de férias, foi possível aplicar pavimento de borracha no exterior do edifício, no campo de jogos, tornando-o mais funcional e seguro.

As obras de maior expressão tiveram lugar no bairro do Pereiro e Bairro da Misericórdia situado na rua Luis de Camões, em habitações que ficaram devolutas e que sofreram reparações de grande dimensão, e ainda continuamos com obras em mais três habitações para serem alugadas.

O programa CLDS 4G/CAUSA 4G, está em fase de aprovação e tem data de início prevista para o mês de abril de 2020.

Deu-se continuidade à avaliação da qualidade dos serviços prestados nas diversas valências bem como à avaliação dos colaboradores da instituição.

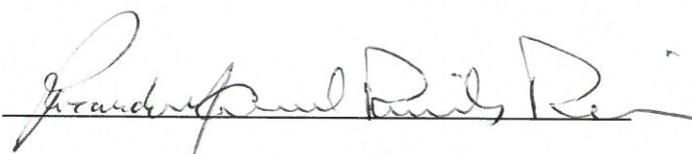
A formação continuou a ser feita de acordo com a planificação efetuada e dentro do previsto pela legislação em vigor, ou seja, 35 horas por trabalhador/ano.

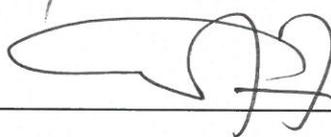
Foi dado cumprimento à organização das festividades da responsabilidade desta Instituição.

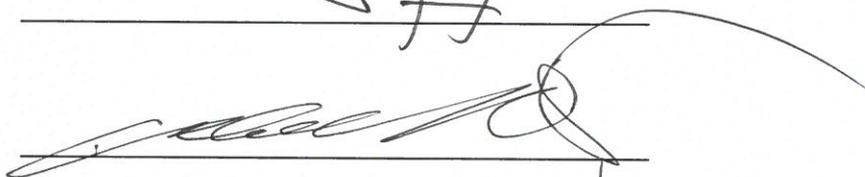
Por fim temos a salientar que foi obtido um resultado líquido do exercício no valor de € 33.968,40.

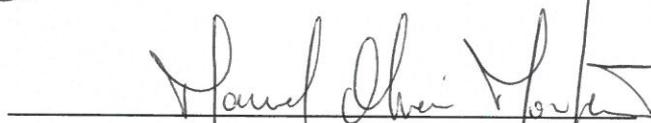
Carrazeda de Ansiães, 12 de março de 2019

A Mesa Administrativa

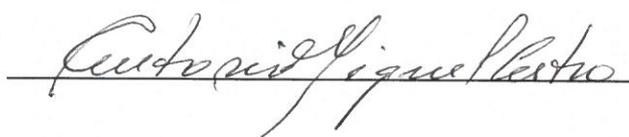












Unidade monetária: €

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2019	31-12-2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1.915.367,02	1.964.607,43
Bens do património histórico e cultural	4	82.415,90	82.415,90
Investimentos financeiros	12	24.755,98	24.924,34
		2.022.538,90	2.071.947,67
Ativo corrente			
Inventários	5	5.918,13	3.343,87
Créditos a receber	12	129.508,29	199.796,93
Estado e outros entes públicos	12	3.243,55	8.751,99
Fundadores/Benemeritos/Patrocinadores/Doadores/associados/Membros	12	744,00	684,00
Diferimentos	12	3.533,16	8.191,45
Outros ativos correntes	12	535,16	199,23
Caixa e depósitos bancários	12	1.193.758,63	1.074.794,65
		1.337.240,92	1.295.762,12
Total do Ativo		3.359.779,82	3.367.709,79
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Reservas	8	76.316,07	76.316,07
Resultados transitados	8	2.474.010,07	2.464.303,44
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	7;8	407.058,60	419.057,93
		2.957.384,74	2.959.677,44
Resultado líquido do período		33.968,40	9.706,63
Total dos Fundos patrimoniais		2.991.353,14	2.969.384,07
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	186.455,65	214.953,57
		186.455,65	214.953,57
Passivo corrente			
Fornecedores	12	3.929,95	4.693,53
Estado e outros entes públicos	12	19.611,32	20.184,43
Financiamentos obtidos	8	28.450,00	28.352,75
Diferimentos			
Outros passivos correntes	12	129.979,76	130.141,44
		181.971,03	183.372,15
Total do Passivo		368.426,68	398.325,72
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		3.359.779,82	3.367.709,79

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2019 e 31.12.2018

Unidade monetária: €

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	+ 12	525.538,38	511.588,51
Subsídios, doações e legados à exploração	+ 12	856.546,81	871.773,86
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	(168.634,90)	(178.255,82)
Fornecimentos e serviços externos	- 11 ; 12	(295.217,31)	(319.869,55)
Gastos com pessoal	- 12	(863.497,48)	(881.219,91)
Outros rendimentos	+ 2 ; 7 ; 12	76.059,83	83.071,26
Outros gastos	- 12	(32.819,64)	(12.761,09)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	97.975,69	74.327,26
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 4	(63.514,34)	(64.082,62)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	34.461,35	10.244,64
Juros e rendimentos similares obtidos	+ 2		
Juros e gastos similares suportados (9)	-	(492,95)	(538,01)
Resultado antes de impostos	=	33.968,40	9.706,63
Resultado líquido do período	=	33.968,40	9.706,63

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

Demonstração individual dos resultados por funções do período findo em 31.12.2019 e 31.12.2018

Unidade monetária: €

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS										
	2019								2018		
	ERPI	SAD	CD	Creche	Pre	CLDS	Bairro Social	CLDS/G	INCLUSÃO	Total	
Vendas e serviços prestados	305.703,80	119.053,28	14.644,30	45.160,00	40.977,00					525.538,38	511.586,51
Custo das vendas e dos serviços prestados	(407.738,92)	(253.945,08)	(13.165,16)	(162.737,22)	(146.659,53)					(1.032.132,38)	(1.059.475,73)
Resultado bruto	(102.035,12)	(134.891,80)	1.479,14	(117.577,22)	(105.682,53)					(506.594,00)	(547.889,22)
Outros rendimentos	265.324,26	253.949,37	14.180,47	136.292,41	109.466,62	515,80	60.867,97	57.212,26	34.778,48	932.606,64	954.845,12
Gastos de distribuição											
Gastos administrativos	(142.160,50)	(91.670,44)	(6.521,86)	(25.727,91)	(26.970,89)	(515,80)	(27.076,89)	(24.942,03)	(17.953,81)	(363.540,13)	(384.036,17)
Gastos de investigação e desenvolvimento											
Outros gastos	(14.125,74)									(13.885,42)	(12.677,09)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	7.002,90	27.387,13	9.137,75	(7.012,72)	(23.167,80)		23.890,78	(2.590,10)	(186,59)	34.461,35	10.244,64
Gastos de financiamento (líquidos)							(492,95)			(492,95)	(538,01)
Resultados antes de impostos	7.002,90	27.387,13	9.137,75	(7.012,72)	(23.167,80)		23.397,83	(2.590,10)	(186,59)	33.968,40	9.706,63
Imposto sobre o rendimento do período											
Resultado líquido do período	7.002,90	27.387,13	9.137,75	(7.012,72)	(23.167,80)		23.397,83	(2.590,10)	(186,59)	33.968,40	9.706,63

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

Demonstração individual de fluxos de caixa do período findo em 31.12.2019 e 31.12.2018

Unidade monetária: €

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes	+	571.305,50	560.915,90
Pagamentos de subsídios	-		
Pagamentos de apoios	-		
Pagamentos de bolsas	-		
Pagamentos a fornecedores	-	(490.653,92)	(512.036,78)
Pagamentos ao pessoal	-	(840.502,26)	(875.649,91)
Caixa gerada pelas operações	+/-	(759.850,68)	(826.770,79)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+		
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	919.315,21	792.857,74
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	159.464,53	(33.913,05)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-	(12.768,34)	(207.192,63)
Ativos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	-		(1.576,29)
Outros ativos	-		
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis	+		
Ativos intangíveis	+		
Investimentos financeiros	+		
Outros ativos	+		
Subsídios ao investimento	+		
Juros e rendimentos similares	+	1.161,41	1.392,08
Dividendos	+		
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	(11.606,93)	(207.376,84)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	+		
Realização de fundos	+		
Cobertura de prejuízos	+		
Doações	+		
Outras operações de financiamento	+		
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-	(28.400,67)	(28.352,75)
Juros e gastos similares	-	(492,95)	(530,49)
Dividendos	-		
Reduções de fundos	-		
Outras operações de financiamento	-		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)	(28.893,62)	(28.883,24)
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)	118.963,98	(270.173,13)
Efeito das diferenças de câmbio	+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	1.074.794,65	1.344.967,78
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	1.193.758,63	1.074.794,65

A Mesa Administrativa

O Contabilista Certificado

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2018

Unidade monetária: €

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Total	Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período				
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1			76.316,07	2.464.303,44			431.057,26		2.971.676,77		2.971.676,77
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização de excedentes de revalorização												
Excedentes de revalorização												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais								(11.999,33)		(11.999,33)		(11.999,33)
	2							(11.999,33)		(11.999,33)		(11.999,33)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3									9.706,63		9.706,63
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3									9.706,63		9.706,63
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Distribuições										(2.292,70)		(2.292,70)
Outras operações												
	5											
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	6=1+2+3+5			76.316,07	2.464.303,44			419.057,93		2.969.384,07		2.969.384,07

A Mesa Administrativa

Antonio Piqueres
Antonio Piqueres
Antonio Piqueres

O Contabilista Certificado

João Sicilho

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2019

Unidade monetária: €

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais		
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	6			76.316,07	2.474.010,07			419.057,93		2.969.384,07		2.969.384,07
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização de excedentes de revalorização												
Excedentes de revalorização												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	8							(11.999,33)		(11.999,33)		(11.999,33)
	7											
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8									33.968,40		33.968,40
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											21.969,07
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Distribuições												
Outras operações												
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2019	10			76.316,07	2.474.010,07					407.058,60		2.991.353,14
	11=6+7+8+10											

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa
Antonio Manuel Pais, Rui
2019/2
Adm. 10/10/19
Adm. 10/10/19

Caro Sicolo

EXERCÍCIO DE 2019
01-01-2019 a 31-12-2019



ANEXO

1 – Identificação da entidade

1.1 – Designação da entidade

Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães

NIPC 501 276 890

1.2 – Sede

A sede da instituição localiza-se na Rua da Misericórdia, 5140 – 085 Carrazeda de Ansiães.

1.3 – Natureza da atividade

A Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães é uma instituição sem fins lucrativos, que tem como atividade principal o apoio social a idosos em lar e domicílio (CAE 87301).

Dispõe, também, de estabelecimentos de educação pré-escolar (CAE 85100), de atividades de cuidados para crianças, sem alojamento (CAE 88910), de arrendamento (CAE 62200) e outras atividades de apoio social sem alojamento (CAE 88990).

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

2.1 – As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), publicada sob o Aviso n.º 8259/2015. Por seu turno, esta Norma decorre do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo daquele Decreto, alterado por este último, refere-se que o Sistema de Normalização é composto por:

-
- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
 - Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
 - Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
 - Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, sendo que, para o caso das Entidades do Setor Não Lucrativo, está contemplada uma Norma específica – Aviso n.º 8259/2015;
 - Normas Interpretativas (NI).

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

3 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 – Principais políticas contabilísticas:

a) Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo histórico e os seguintes princípios:

- Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo-se, então, que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Assinala-se que, para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

- Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

- Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A este respeito, observar o que acima foi referido a propósito dos rendimentos decorrentes de aplicações financeiras.

- Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Tais considerações e princípios sobre a materialidade foram acolhidos na preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras da instituição.

- Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram compensados.

- Informação comparativa

A informação comparativa foi divulgada nas Demonstrações Financeiras com respeito ao período anterior. Genericamente, as políticas contabilísticas foram levadas a efeito de maneira consistente ao longo do tempo. Num ou noutro caso isolado foi necessário alterar a política contabilística relativamente ao período anterior; nestas

circunstâncias excepcionais, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação foram divulgadas neste Anexo, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

b) Outras políticas contabilísticas (mensuração e reconhecimento):

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são constituídos por Terrenos, Edifícios, Viaturas, Equipamentos Básicos e outros bens dos quais se espera que permitam a prossecução da atividade presente e futura e/ou a realização de rendimentos para a entidade. Estes são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida. Após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os bens do ativo fixo tangível obtidos a título gratuito, com o custo desconhecido, são mensurados ao justo valor, ao valor pelo qual se encontram segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade dos doadores.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Os bens do património histórico, artístico e cultural não são depreciados.

Os custos incorridos relacionados com manutenções, reparações, seguros e impostos sobre os ativos são reconhecidos como gasto no período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizados aos AFT.

Investimentos financeiros

Tais investimentos incluem as contribuições de carácter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho e um conjunto de aplicações financeiras de longo prazo depositadas na banca comercial. Em ambos os casos, a respetiva detenção tem carácter de continuidade e/ou permanência, não se destinando a ser vendidos no decurso

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

normal das operações da entidade. Se existe evidência de que os mesmos se encontram em imparidade procede-se ao registo da mesma, calculada com base na evidência que indique que a quantia, total ou parcial, não venha a ser recuperada. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo revertidas também por resultados, caso se verifique uma redução do montante da perda estimada num período posterior.

Quanto à valorização das aplicações financeiras depositadas na banca comercial acima mencionadas, a mesma tem por base o Método do Custo, considerando a natureza das mesmas.

Inventários

Os inventários são registados ao menor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda esperado deduzido dos custos estimados para efetuar a venda.

A diferença entre o custo e o valor realizável líquido é registada em perdas por imparidade no período em que ocorrer.

O método de custeio dos inventários adotado pela entidade consiste no custo médio ponderado.

Imparidade de ativos

A entidade realiza testes de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual os vários ativos se encontram registados nas demonstrações financeiras poderá não ser recuperável.

Sempre que o valor recuperável de determinado ativo é inferior ao seu valor escriturado, é registada a respetiva perda por imparidade em resultados na rubrica "Perdas por imparidade".

Posteriormente, se a imparidade diminuir, é registada a correspondente reversão da perda por imparidade.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo

que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade.

Rendimentos e gastos / Acréscimos e diferimentos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu recebimento ou pagamento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos (acréscimos de rendimentos ou gastos a reconhecer) ou passivos (rendimentos a reconhecer ou acréscimos de gastos).

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço. No caso concreto, não existem situações em que a prestação de serviços transita de um período para outro, não havendo, por isso mesmo, lugar à aplicação da percentagem de acabamento para efeitos de reconhecimento do rédito.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro:

A entidade tem por garantido que permanecerá em continuidade durante todo o ano de 2020.

No momento presente, entende-se que não existe um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano de 2020.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem fontes de incerteza relevantes com relação às estimativas efetuadas.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas:

Não se verificaram quaisquer alterações nas políticas contabilísticas de um período para o outro.

3.3 – Alterações nas Estimativas Contabilísticas:

Não existiram alterações nas estimativas com efeitos em períodos futuros.

3.4 – Correção de erros de períodos anteriores:

Não se verificou a existência de quaisquer erros de períodos anteriores, com impacto nas contas do exercício e/ou exercícios futuros.

4 – Ativos Fixos Tangíveis

Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

A base de mensuração usada assenta no custo histórico dos ativos fixos tangíveis.

No caso de ativos obtidos por doação (em 2012), o valor que lhes foi atribuído assenta no respetivo valor de mercado à data da concretização da transferência da propriedade para a entidade.

- Ver 3.1 b)

b) Métodos de depreciação usados:

Handwritten signature and initials in the right margin, consisting of several scribbled lines and a small circular mark at the bottom.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas numa base sistemática, segundo o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas

Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis	Bens do domínio público	Bens do património histórico, artístico e cultural			Outros ativos fixos tangíveis				
	...	Obras de Arte	Outras	...	Edifícios e Outras Construções	Equipamento básico	Equipamento de Transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Vidas úteis					50	6	5	4 a 6	4
Taxas de depreciação					2,00%	16,66%	20,00%	16,66 a 25%	25,00%
Métodos de depreciação					Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações; e

e) Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis		Bens do domínio público		Bens do património histórico, artístico e cultural		Outros ativos fixos tangíveis					Ativos fixos tangíveis em curso	Totais		
		Obras de Arte	Outras	Terenos e Recursos naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Tangíveis		Edifícios e Outras construções	
Em 01/12/08	Quantias brutas escrituradas			4.499,67	77.916,23	10.919,91	2.506.898,68	520.785,96	261.151,54	163.555,66	3.964,14	88.128,76	3.637.820,55	
	Depreciações acumuladas						(812.315,44)	(512.968,54)	(240.778,36)	(163.555,67)	(3.772,80)		(1.733.390,81)	
	Perdas por imparidade acumuladas													
	Quantias líquidas escrituradas			4.499,67	77.916,23	10.919,91	1.694.583,24	7.817,42	20.373,18		191,34	88.128,76	1.904.429,74	
Movimentos do período 2008	Adições	Aquisições					9.742,05	3.376,81		570,72	5.163,56	187.823,07	206.653,21	
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção												
		Trabalhos para a própria entidade												
		Outras												
	Revalorizações	Acréscimos por revalorização												
		Decréscimos por revalorização												
	Transferências	De ativos fixos tangíveis em curso												
		Outras												
	Diminuições	Alienações												
		Abates												
		Outras												
	Depreciações	Aumentos de depreciações						(51.793,32)	(3.906,77)	(6.757,64)	(142,68)	(1.482,21)		(64.082,62)
		Transferência de depreciações												
		Reversões de depreciações												
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade												
		Reversões de perdas por imparidade												
Em 31/12/2008 (01/12/08)	Quantias brutas escrituradas			4.499,67	77.916,23	10.919,91	2.516.640,73	524.162,77	261.151,54	164.126,38	9.127,70	275.951,83	3.844.496,76	
	Depreciações acumuladas						(864.108,76)	(516.875,31)	(247.536,00)	(163.698,35)	(5.255,91)		(1.797.473,43)	
	Perdas por imparidade acumuladas													
	Quantias líquidas escrituradas			4.499,67	77.916,23	10.919,91	1.652.531,97	7.287,46	13.615,54	428,03	3.872,69	275.951,83	2.047.023,33	
Movimentos do período 2009	Adições	Aquisições					5.089,49	6.384,44	1.775,00		1.025,00		14.273,93	
		Estimativa de custos de desmantelamento e remoção												
		Trabalhos para a própria entidade												
		Outras												
	Revalorizações	Acréscimos por revalorização												
		Decréscimos por revalorização												
	Transferências	De ativos fixos tangíveis em curso												
		Outras												
	Diminuições	Alienações												
		Abates												
		Outras												
	Depreciações	Aumentos de depreciações						(50.204,57)	(4.507,31)	(7.112,64)	(142,68)	(1.547,14)		(63.514,34)
		Transferência de depreciações												
		Reversões de depreciações												
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade												
		Reversões de perdas por imparidade												
Em 31/12/2009	Quantias brutas escrituradas			4.499,67	77.916,23	10.919,91	2.521.730,22	530.547,21	262.926,54	164.126,38	10.152,70	275.951,83	3.858.770,69	
	Depreciações acumuladas						(914.313,33)	(521.382,62)	(254.648,64)	(163.841,03)	(6.802,15)		(1.860.987,77)	
	Perdas por imparidade acumuladas													
	Quantias líquidas escrituradas			4.499,67	77.916,23	10.919,91	1.607.416,89	9.164,59	8.277,90	285,35	3.350,55	275.951,83	1.997.782,92	

Os valores inscritos em “Depreciações e perdas por imparidade acumuladas” dizem apenas respeito a Depreciações, na medida em que não se verificaram perdas por imparidade nos dois períodos relatados.

5 – Inventários:

5.1 – Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada.

Inventários: políticas contabilísticas adotadas na mensuração e fórmulas de custeio			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Critérios de mensuração	Fins industriais ou comerciais	Custo histórico					
		Valor realizável líquido					
		Justo valor menos os custos de vender					
	Fins sociais	Custo histórico		✓			
Custo corrente							
Custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atuais	Custos de compra (aquisição)	Preço de compra		✓			
		Direitos de importação e outros impostos não recuperáveis das autoridades fiscais		✓			
		Custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à aquisição		✓			
		Dedução de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes		✓			
		Custo dos materiais diretamente relacionados com as unidades de produção					
	Custos de conversão (produção)	Mão de obra direta					
		Gastos gerais de produção fixos imputados com base na capacidade normal das instalações					
		Gastos gerais de produção variáveis imputados com base no uso real					
	Outros custos	Gastos gerais que não sejam industriais					
		Custos de conceção de produtos para clientes específicos					
		Custos de empréstimos obtidos					
Técnicas de mensuração do custo	Custo padrão regularmente revistos						
	Outras			✓			
Fórmulas de custeio das saídas de armazém	Identificação específica do custo dos inventários vendidos ou consumidos						
	Fórmula da primeira entrada, primeira saída (FIFO)						
	Custeio médio ponderado			✓			

5.2 – Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas.

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários		Mercadorias e matérias de consumo			Inventários de produção			Totais
		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Subtotais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	
31.12.2019	Inventários armazenados na entidade		5.918,13	5.918,13				5.918,13
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	A diantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imparidade							
			5.918,13	5.918,13				5.918,13
31.12.2018	Inventários armazenados na entidade		3.348,87	3.348,87				3.348,87
	Inventários que se encontram fora da entidade	Em trânsito						
		Em poder de terceiros						
	A diantamentos por conta de compras com preço previamente fixado							
	Perdas por imparidade							
			3.348,87	3.348,87				3.348,87

Espera-se que todas as quantias escrituradas de inventários sejam recuperadas num prazo inferior a doze meses, por via do seu consumo interno.

6 – Rendimentos e Gastos:

Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito, incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O reconhecimento do rédito depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação que envolve a prestação de serviços, o qual se considera verificado nas seguintes condições cumulativas:

- a quantia do rédito possa ser fíavelmente mensurada;
- seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade.

No que se refere aos réditos provenientes dos serviços prestados, o reconhecimento dos mesmos é feito imediatamente após a prestação de tais serviços.

Face à natureza dos serviços prestados pela entidade, não se colocam problemas associados à determinação da fase de acabamento respetiva, visto que essa prestação é consumada num lapso de tempo relativamente curto, sendo o rédito correspondente imediatamente reconhecido logo após essa consumação.

7 – Subsídios e outros apoios das entidades públicas:

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			2019					2018				
			Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais (Outras variações nos fundos patrimoniais)	Reconhecidas no passivo	
						Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar				Como rendimentos a reconhecer (Diferimentos)	Como passivos a reembolsar
Subsídios relacionados com ativos	CLDS	515,80	19.248,17			515,80	19.763,97					
	PRODER											
	Doação espécie	396,00	16.632,00			396,00	17.028,00					
	INH	10.205,81	336.791,35			10.205,81	346.997,16					
	MA SES	881,72	34.387,08			881,72	35.268,80					
		11.999,33	407.058,60			11.999,33	419.057,93					
Subsídios relacionados com rendimentos	ERPI	227.631,18				220.700,16						
	SAD	226.489,20				218.828,40						
	CD	14.053,20				13.464,85						
	Creche	134.563,32				126.838,20						
	Pre escolar	106.477,02				102.961,95						
	Cantina Social	4.562,50				6.157,50						
	Vagas Sociais	23.868,44				23.068,58						
	CAUSA 3G	57.212,26				105.018,03						
	IEFP	799,04				4.890,75						
	POAPMC	2.449,09				4.931,64						
	Capacitação	34.778,48				21.797,72						
	Energia											
	CMCA	23.663,08				23.116,08						
		856.546,81				871.773,86						
Reembolsáveis	...											
Totais		856.546,81	11.999,33	407.058,60		871.773,86	11.999,33	419.057,93				

8 – Instrumentos financeiros:

8.1 — Bases de mensuração e políticas contábilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

A entidade procede à mensuração dos seguintes instrumentos financeiros ao custo menos perda por imparidade:

- Ativos e passivos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários; e
- Contratos para contrair empréstimos.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período. No final do período a entidade não dispunha deste tipo de instrumentos.

Em termos de reconhecimento, a entidade reconhece um ativo financeiro/passivo financeiro apenas quando a entidade se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Genericamente e mais frequentemente, os ativos financeiros são desreconhecidos apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram.

Os passivos financeiros (ou parte de um passivo financeiro) são desreconhecidos apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

Em cada data de relato, a entidade avalia a imparidade de todos os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a entidade reconhece uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top and several smaller initials below it.

A entidade não dispõe de Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

8.2 — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

(valores expressos em euros)

DESCRIÇÃO	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
	(1)	(2)	(3)	(4)
Fundos				
Excedentes técnicos				
Reservas	76.316,07			76.316,07
Reservas legais				
Outras reservas	76.316,07			76.316,07
Resultados transitados	2.464.303,44		9.706,63	2.474.010,07
Ajustamentos em ativos financeiros				
Relacionados com o método da equivalência patrimonial				
Outros				
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis				
Reavaliações decorrentes de diplomas legais				
Outros				
Outras variações nos fundos patrimoniais	419.057,93	(11.999,33)		407.058,60
Subsídios				
Doações				
Outras				

8.3 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

a) Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos.

As dívidas com duração residual superior a cinco anos ascendem a cerca de 69.000,00 € (valor a pagar para além de cinco anos a contar de 31/12/2019) e estão relacionadas com um financiamento bancário contraído em fevereiro de 2008, pelo prazo de dezanove anos, cujo valor em dívida a 31/12/2019 ascende a 214.905,65 €.

b) Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade e indicação da natureza e da forma dessas garantias.

A entidade não tem prestadas quaisquer garantias reais contra financiamentos bancários ou quaisquer outras dívidas.

8.4 — Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

Dívidas a Instituições de crédito;

As dívidas a instituições de crédito superiores a um ano decorrem do financiamento bancário e o seu montante ascende a 186.503,57 €, sendo a dívida global, à data de 31/12/2019, de 214.905,65 €.

9 – Benefícios dos empregados.

Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

(valores expressos em euros)

Colaboradores durante o período	2019		2018	
	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período
Membros dos órgãos diretivos	5	5	5	5
Empregados	69	69	67	67
Cooperantes				
Voluntários	4	4	4	4

Os membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão não recebem qualquer tipo de remuneração ou benefício pelos serviços prestados.

Em 2019 a Mesa Administrativa (Direção) é constituída por cinco elementos efetivos e dois suplentes e o Conselho Fiscal por três elementos efetivos e dois suplentes. Durante o ano de 2019 o número de elementos e a composição dos órgãos sociais não sofreu alteração.

10 — Acontecimentos após a data do balanço:

Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

Nada chegou ao conhecimento dos órgãos de administração que deva ser relatado neste ponto.

11 — Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

11.1 – Dívidas ao Estado e aos trabalhadores em situação de mora.

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Também se informa que não existem quaisquer dívidas para com os trabalhadores.

11.2 – Honorários respeitantes ao Fiscal Único.

Pelos serviços prestados durante o período de 2019, o Revisor Oficial de Contas auferiu honorários/ano no valor de 2.850,00 €, mais IVA.

12 — Outras divulgações

12.1 — Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

12.1.1 – Detalhe da rubrica de Investimentos financeiros.

Os investimentos financeiros detidos pela entidade incluem as contribuições de carácter obrigatório para o Fundo de Compensação do Trabalho (no valor de 1.688,26 €), um conjunto de aplicações financeiras de longo prazo, sem risco de capital, depositadas na banca comercial (20.000,00 €) e o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (no valor de 540,57) €.



12.1.2 – Posição dos saldos das contas de Caixa, Depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

(valores expressos em euros)

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2019			31.12.2018		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	210,00		210,00			
	...						
	Subtotais	210,00		210,00			
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	760.342,44		760.342,44	231.588,46		231.588,46
	Outros depósitos bancários	433.206,19		433.206,19	843.206,19		843.206,19
	...						
	Subtotais	1.193.548,63		1.193.548,63	1.074.794,65		1.074.794,65
Outros equivalentes de caixa	...						
	Subtotais						
Totais		1.193.758,63		1.193.758,63	1.074.794,65		1.074.794,65

12.1.3 – Posição dos saldos das rubricas de Créditos a receber, fornecedores e outros passivos correntes.

(valores expressos em euros)

Detalhe das rubricas Créditos a Receber, Fornecedores e Outros passivos correntes	31.12.2019	31.12.2018
Créditos a receber (Ativo)	130.043,45	199.996,16
Cientes	22.330,17	22.584,26
SalDOS Devedores Fornecedores	535,16	199,23
Fornecedores de investimentos		
Devedores por acréscimos de rendimentos	107.178,12	177.212,67
Fornecedores (Passivo)	3.929,95	4.693,53
Outros passivos correntes (Passivo)	129.979,76	130.141,44
Pessoal		
Fornecedores de investimentos	15.238,96	16.761,36
Credores por acréscimos de gastos	114.740,80	113.380,08

12.1.4 – Posição dos saldos da conta Estado e Outros Entes Públicos.

(valores expressos em euros)

Detalhe da rubrica de «Estado e outros entes públicos»	31.12.2019			31.12.2018		
	Ativos	Passivos	Posição líquida	Ativos	Passivos	Posição líquida
Imposto sobre o rendimento						
Retenção de impostos sobre rendimentos		(3.167,43)	(3.167,43)		(3.495,93)	(3.495,93)
Imposto sobre o valor acrescentado	3.243,55		3.243,55	8.393,42		8.393,42
Outros impostos				256,90		256,90
Contribuições para a Segurança Social		(16.327,47)	(16.327,47)		(16.508,51)	(16.508,51)
Tributos das autarquias locais						
Outras tributações		(116,42)	(116,42)		(78,32)	(78,32)
Totais	3.243,55	(19.611,32)	(16.367,77)	8.650,32	(20.082,76)	(11.432,44)

12.1.5 – Posição dos saldos das contas Devedores e Credores por Acréscimos e Diferimentos.

(valores expressos em euros)

Acréscimos e Diferimentos			Período 2019	Período 2018
Acréscimos	Acréscimos de rendimentos	Programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar	20.614,32	17.342,88
		IEFP	1.119,06	4.154,18
		Vagas Sociais	3.881,18	3.835,22
		CMCA - Recursos Humanos CAC	1.655,48	1.606,56
		POAPMC	972,00	648,00
		Capacitação Inclusão	32.852,55	12.394,77
		Cantinas Sociais	387,50	387,50
		Advogada		
		CLDS 3G	45.696,03	136.843,56
		Totais	107.178,12	177.212,67
Acréscimos de gastos	Remunerações a liquidar	114.740,80	113.380,08	
	Totais	114.740,80	113.380,08	
Diferimentos	Gastos a reconhecer	Seguros	3.533,16	8.191,45
		CLDS 3G		49.457,36
	Totais	3.533,16	57.648,81	
	Rendimentos a reconhecer		0,00	0,00
Totais	0,00	0,00	0,00	

12.1.6 – Detalhe da conta Gastos com o Pessoal.

(valores expressos em euros)

Gastos com o Pessoal	Período 2019	Período 2018
Remunerações do pessoal	691.811,49	705.840,41
Indemnizações		
Encargos sobre remunerações	148.620,13	154.007,14
Seguro de acidentes de trabalho	19.079,93	14.601,11
Outros gastos com o pessoal	3.985,93	6.771,25
Remunerações adicionais	1.575,63	3.727,71
Outros	2.410,30	3.043,54
Totais	863.497,48	881.219,91

12.1.7 – Detalhe da conta Fornecimentos e Serviços Externos

(valores expressos em euros)

Fornecimentos e serviços externos		Período 2019	Período 2018
Subcontratos			
Serviços especializados	Trabalhos especializados	52.199,86	42.560,74
	Publicidade e propaganda	1.063,95	4.679,04
	Vigilância e segurança	871,48	962,19
	Honorários	5.938,08	5.937,08
	Comissões		
	Conservação e reparação	16.138,53	26.811,72
	Outros		
Totais		76.211,90	80.950,77
Materiais	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	17.508,26	17.572,68
	Livros e documentação técnica	722,72	362,42
	Material de escritório	3.944,61	4.084,84
	Artigos para oferta	2.381,20	1.921,24
	Outros	2.848,67	6.640,16
Totais		27.405,46	30.581,34
Energia e fluidos	Eletricidade	29.906,44	29.919,70
	Combustíveis	70.678,22	77.934,47
	Água	2.631,36	1.849,96
	Outros		
Totais		103.216,02	109.704,13
Deslocações, estadas e transportes	Deslocações e estadas	643,90	1.139,70
	Transportes de pessoal		
	Transportes de mercadorias		
	Outros		
Totais		643,90	1.139,70
Serviços diversos	Rendas e alugueres	12.648,59	13.182,35
	Comunicação	4.549,12	5.390,14
	Seguros	5.093,37	5.541,44
	Royalties		
	Contencioso e notariado	85,00	
	Despesas de representação		
	Limpeza, higiene e conforto	43.267,72	40.703,87
	Outros serviços	22.096,23	34.149,28
Totais		87.740,03	98.967,08
Totais		295.217,31	321.343,02

12.1.8 – Detalhe do Rédito

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2019			2018		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Varição percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	525.538,38	99,75%	2,73%	511.588,51	99,73%	0,99%
Juros	1.337,86	0,25%	(3,89%)	1.392,08	0,27%	(91,66%)
Royalties						
Dividendos						
Totais	526.876,24	100,00%	2,71%	512.980,59	100,00%	-2,34%

2017	
Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
2.000,00	0,38%
506.569,65	96,44%
16.697,58	3,18%
525.267,23	1,00

12.1.9 – Detalhe dos Subsídios à Exploração reconhecidos em 2019

(valores expressos em euros)

Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas		
			Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com rendimentos	Seg Social - ERFI	Acordos Cooperação	Segurança Social	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2011	Renovado Automaticamente	227.631,18		227.631,18
		Seg Social - SAD	Acordos Cooperação	Segurança Social	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2009	Renovado Automaticamente	226.489,20		226.489,20
		Seg. Social - Centro Dia	Acordos Cooperação	Segurança Social	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2009	Renovado Automaticamente	14.053,20		14.053,20
		Seg. Social - Creche	Acordos Cooperação	Segurança Social	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2008	Renovado Automaticamente	134.563,32		134.563,32
		Seg. Social - Pre	Acordos Cooperação	Segurança Social	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2010	Renovado Automaticamente	31.021,90		31.021,90
		Seg. Social - Pre	Acordos Cooperação	Ministério Educação	Apoio financeiro desenvolvimento das atividades	Comparticipação	2010	Renovado Automaticamente	54.840,80		54.840,80
		Seg. Social - Educação Pre Escolar	Programa Expansão e Desenvolvimento Educação Pré-escolar	Ministério Educação	Compensação financeira	Subsidio	2019	2019		20.614,32	20.614,32
		Seg. Social - Cantinas Sociais	Programa de Emergência Alimentar - Rede Solidária de Cantinas Sociais	Segurança Social	Acesso a refeições diárias gratuitas a pessoas/famílias necessitadas	Subsidio	2018	2018	4.175,00	387,50	4.562,50
		Seg. Social - Vagas Sociais	Acordos Cooperação	Segurança Social	Apoio ao mais desfavorecidos em Lar	Comparticipação	2012	Renovado Automaticamente	19.987,26	3.881,18	23.868,44
		Protocolo CMCA	Protocolo Cooperação	CMCA	Reembolso despesas com Centros de Convívio	Protocolo	2012	Renovado Automaticamente	20.957,60	1.655,48	22.613,08
		Premios de Participação	Premios de participação	CMCA	Incentivar a participação em atividades	Subsidio	2019	2019	1.050,00		1.050,00
		Programas IEFP	Candidaturas	IEFP	Apoio ao emprego	Comparticipação	2019	2019	308,81	490,23	799,04
		POAPMC	Candidaturas	POISE	Apoio Generos Al.	Financiamento	2017	2019	1.477,09	972,00	2.449,09
		Capacitação Inclusão	Candidaturas	POISE	Formação	Financiamento	2018	2019		34.778,48	34.778,48
CLDS 3G	Candidaturas	POISE	CLDS 3G	Financiamento	2016	2019	11.516,23	45.696,03	57.212,26		
								748.071,59	108.475,22	856.546,81	

12.1.10 – Detalhe das contas Outros Rendimentos e Outros Gastos.

(valores expressos em euros)

Outros rendimentos		Período 2019	Período 2018	Outros gastos		Período 2019	Período 2018
Rendimentos suplementares	Serviços sociais			Impostos	Impostos diretos		
	Aluguer de equipamento	51.109,16	51.617,03		Impostos indiretos	556,94	60,72
	Estudos, projetos e assistência tecnológica				Taxas		
	Royalties				...		
	Desempenho de cargos sociais noutras empresas				...		
	Outros rendimentos suplementares	2.125,81	3.925,92		...		
Totais		53.234,97	55.542,95	Totais		556,94	60,72
Descontos de pronto pagamento obtidos				Descontos de pronto pagamento concedidos			
Recuperação de dívidas a receber				Dívidas incobráveis		4.808,48	84,00
Ganhos em inventários	Sinistros			Perdas em inventários	Sinistros		
	Sobras				Quebras		
	Outros ganhos	560,30	1.393,97		Outras perdas		
Totais		560,30	1.393,97	Totais			
Rendimentos em investimentos não financeiros	Alienações			Gastos em investimentos não financeiros	Alienações		
	Sinistros		7.017,97		Sinistros		
	...				Abates		
	Outros rendimentos				Outras gastos		
Totais			7.017,97	Totais			
Outros	Correções relativas a períodos anteriores	4.474,56	3.617,76	Outros	Correções relativas a períodos anteriores	9.771,25	742,00
	Imputação de subsídios para investimentos	11.999,33	11.999,33		Donativos		
	...				Quotizações	600,00	600,00
	Restituição de impostos				Ofertas e amostras de inventários		
	Excesso da estimativa para impostos				Insuficiência da estimativa para impostos		
	Ganhos em outros instrumentos financeiros				Perdas em instrumentos financeiros		
	Outros não especificados	4.452,81	2.107,20		Outros não especificados	17.082,97	11.274,37
	Totais		20.926,70		17.724,29	Totais	
Totais		74.721,97	81.679,18	Totais		32.819,64	12.761,09

A Mesa Administrativa

Handwritten signatures of the Administrative Board members.

O Contabilista Certificado

Handwritten signature of the Certified Accountant.

221829717

88597



**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO CONCELHO
DE
CARRAZEDA DE ANSIÃES**

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições estatutárias e legais, designadamente o disposto na alínea c) do número 1 do Artigo 31º dos Compromissos da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, foi submetido à apreciação deste Conselho Fiscal o "RELATÓRIO E CONTAS" da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, do exercício de 2019.-----

Parecer

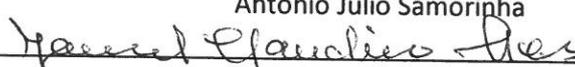
Somos de opinião que o RELATÓRIO E CONTAS da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, referentes ao ano de 2019, SEJAM APROVADOS. -----

Carrazeda de Ansiães, 28 de junho de 2020

O Conselho Fiscal



João Manuel Pires

António Julio Samorinha


Manuel Claudino Alves

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas
Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855
Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n° 144 315 157

A.P.
2020-05720


Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia de Carrazeda de Ansiães, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 3.359.779,82 € e um total de fundos patrimoniais de 2.991.353,14 €, incluindo um resultado líquido de 33.968,40 €), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Considerando o surto do novo Coronavírus (COVID -19), declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como uma pandemia internacional, que tem vindo a disseminar-se rápida e globalmente, encontrando-se já em território português, a curto prazo a atividade da entidade pode vir a ser afetada. Essa afetação pode ocorrer, sobretudo, ao nível da capacidade por parte dos utentes em satisfazer os seus débitos. Contudo, não é de esperar que o impacto causado pela doença em causa na atividade e fluxos de caixa da entidade seja relevante.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:



António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte nº 144 315 157

- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas,

António Fernando Ledo de Matos

Revisor Oficial de Contas

Economista

Inscrito na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o número 855

Inscrito na CMVM sob o número 20160479

Contribuinte n.º 144 315 157

modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais. Contudo, entendemos que o mesmo deveria conter mais informação, tanto do ponto de vista da atividade desenvolvida como na perspetiva da dissecação da informação quantitativa mais importante contida nas Demonstrações Financeiras.

Carrazeda de Ansiães, 23 de março de 2020

António Fernando Ledo de Matos, ROC n.º 855